

O uso do tupi na Capitania de São Paulo no século XVII - Indícios na vida de um jesuíta "língua"

Cândida Barros (Museu Goeldi, de Belém - PA) (In NOLL, Volker (org.). *O Tupi e o Português no Brasil*. Editora Contexto, 2010). O texto foi adaptado e corrigido para servir aos objetivos do curso de Tupi III, do DLCV da FFLCH da USP.)

Este capítulo é sobre um jesuíta "língua", o paulista Belchior Pontes (1644-1719).

No Brasil colonial, o bilinguismo português-tupi foi nomeado diferentemente segundo a categoria social do indivíduo que dominasse as duas línguas. Se fosse indígena ou africano, era chamado de *ladino*. Se fosse branco, era *língua*. Este foi o termo usado na Companhia de Jesus para nomear o jesuíta que fosse bilíngue.

A caracterização linguística do ambiente doméstico dos colonos no século XVII foi um tema de discórdia entre estudiosos. Sérgio Buarque de Holanda (1978), no seu artigo clássico *A língua geral em São Paulo*, de 1945, realçou o uso do tupi no espaço doméstico dos colonos devido aos casamentos interétnicos. Marilza de Oliveira (2000), centrando sua pesquisa no estudo de documentos de cartórios relativos às mulheres paulistas do século XVII, concluiu, pelo uso do português, que os casamentos tinham sido entre portugueses ou descendentes deles.

Fontes biográficas a respeito de Belchior Pontes

O livro *Vida do venerável padre Belchior de Pontes da Companhia de Jesus da Província do Brasil*, publicado pelo padre Manoel de Fonseca (1703-1772) em 1752, é a fonte biográfica disponível sobre o jesuíta paulista.

Fonseca não conheceu o biografado, mas soube dele pelo que ouviu contar quando foi professor em São Paulo. A biografia foi escrita através dos relatos e consultas às pessoas e aos párocos da capitania de São Paulo.

São poucas as datas na biografia de Belchior. Sabe-se que nasceu em 1644, às margens do rio Pirajuçara, em um sítio da família, de poucos recursos e extensa em número de filhos (15 irmãos). Quando criança, foi estudar na escola dos jesuítas em São Paulo, onde foi alfabetizado, mas retomou à casa dos pais para ajudar na lavoura. Em 1667, com 23 anos, quis entrar na Ordem, mas não foi aceito porque os jesuítas davam preferência para aqueles que estavam desde meninos no colégio. Com a entrada do padre Francisco de Avelar como provincial, Belchior Pontes foi aceito por causa de seu domínio do tupi.

Pontes fez seu noviciado no Colégio da Bahia e foi admitido em 1670. Devido aos seus conhecimentos de tupi, foi mandado para São Paulo. Foi missionário por mais de quarenta anos e também confessor dos paulistas, mas não assumiu a função de pregador, pela sua fraca formação em Letras.

O jesuíta língua Belchior Pontes e a política de formação de um quadro bilíngue na Companhia de Jesus no século XVII

A política jesuítica de evangelização nas línguas vernáculas dos catecúmenos tornou necessária a formação de um quadro interno de membros com conhecimento dessas línguas, para evitar a intermediação do discurso cristão por intérpretes estranhos à Ordem. No Brasil, o conhecimento do tupi no interior da Ordem não foi extensivo a todos os seus membros. Nos catálogos jesuíticos anuais, apenas alguns jesuítas eram identificados como tendo domínio do tupi. A competência nessa língua se tornou uma forma de especialização, tendo levado a trajetórias internas diferenciadas entre aqueles membros que eram professores nos colégios, e que estavam isentos de aprender tupi (a exemplo de Manuel de Fonseca, autor da biografia de Pontes), e aqueles bilíngues que eram

recrutados para atuar como missionários. Esses tinham sua formação em Letras abreviada, como ocorreu com Belchior Pontes.

Houve duas tendências na Companhia de Jesus na maneira de formar um quadro bilíngue tupi. Uma delas defendia o recrutamento de indivíduos nascidos no Brasil que já tivessem o domínio do tupi. A outra corrente, contrária à entrada dos colonos, se propunha a formar um quadro de missionários com jesuítas vindos da Europa.

Um exemplo de provincial favorável ao recrutamento de colonos com conhecimento da língua indígena foi o padre José da Nóbrega (mandato entre 1549 e 1559). Ele defendia a ordenação dos colonos como coadjutores espirituais pelo domínio de tupi que detivessem, ainda que não tivessem instrução em latim.

A preferência pelos nascidos no Brasil para a função de língua em detrimento dos jesuítas vindos dos colégios da Europa se devia a que estes últimos nunca chegavam a dominar o tupi, além do conhecimento suficiente apenas para a confissão. O indivíduo nascido no Brasil, por sua vez, era identificado como sendo falante "quase natural" do tupi:

[...] se não fossem eles [os sujeitos nascidos no Brasil], mal se poderia conseguir o fim que cá se pretende; porque como a língua brasílica lhes é a eles quase natural, têm muita graça e eficácia e autoridade com os índios para fazer-lhes práticas das coisas da fé e lhes persuadem tudo o que é mister para tê-los quietos e contentes. [...] E os que vêm de Portugal, ainda que aprendam a língua, nunca chegam a mais que entendê-la e poder falar alguma coisa, pouca, para ouvir confissão. (Cristóvão Correia, 1584, apud Leite, 1938 ii: 433)

A procedência geográfica dos indivíduos nascidos no Brasil e recrutados como línguas na Companhia de Jesus no século XVII é um indicador das regiões onde os colonos mantinham conhecimento do tupi devido à relação de contato com a população indígena. Esse era o caso do Espírito Santo, de Porto Seguro e, principalmente, da região de São Paulo, como afirmava o jesuíta Fernão Cardim: "[...] *os filhos dos portugueses cá nascidos, o sabem melhor que o português, assim homens como mulheres, principalmente na*

capitania de São Vicente" (Cardim 1939 [1583 ss.]: 171).

Belchior Pontes entrou na Ordem para ser missionário em São Paulo. O recrutamento de Belchior Pontes na Companhia de Jesus para a função de língua aponta para a continuidade, no século XVII, da política jesuítica iniciada no século anterior em relação à criação de um grupo bilíngue nascido no Brasil, com pouca formação em latim, para assumir funções de especialista da evangelização dos índios.

Em suma, São Paulo continuou sendo origem de jesuítas línguas no século XVII, que atuaram, inclusive, em todas as fronteiras das colônias portuguesas na América, no Sul, no Nordeste e no Norte. Suas funções foram de especialistas em tupi, o que incluía atuação como sertanistas para a Ordem, ao participarem de expedições geridas pelos jesuítas. Quase todos (uma exceção foi o padre Manuel de Moraes, identificado como mameluco) eram de família de portugueses ou de seus descendentes. O domínio que eles apresentaram do tupi, anterior à entrada na Ordem, é um indício de que essa língua continuou sendo de conhecimento das famílias brancas daquela Capitania.

O paulista Belchior Pontes e a instituição da ama de leite indígena no ambiente doméstico

Muitos paulistas, incluídos aí Belchior Pontes, entravam na Companhia de Jesus já sabendo tupi. Segundo Fonseca, esse conhecimento da língua era comum aos paulistas em geral [*“Em São Paulo os naturais, como os portugueses com o comércio do gentio, de que se serviam, tinham conaturalizado a língua brasílica.* (Fonseca, 1932 [1752]: 26)].

Excetuando-se alguns (por exemplo, o padre mestiço Manuel Moraes), o conhecimento por parte dos jesuítas paulistas não ocorria devido a casamentos interétnicos. Surgem as perguntas sobre com quem e em que fase da vida eles teriam aprendido a língua tupi. Responder a essas questões subsidiaria o debate sobre se o tupi tinha uso no ambiente doméstico dos paulistas no século

XVII.

A explicação de Buarque de Holanda para o uso doméstico do tupi nas famílias paulistas era pela prática do casamento interétnico entre colonos e índias. Porém, estudo de Marilza de Oliveira (2000, in *Filologia Bandeirante*, Humanitas, FFLCH, USP) aponta que os casamentos interétnicos não eram mais comuns no século XVII em São Paulo. A relação entre colonos e índios não era mais de aliança pelo casamento, mas de escravidão (Monteiro, 1994: 55).

Uma hipótese formulada a partir de Belchior Pontes é a de que a instituição responsável pela manutenção do tupi na casa dos colonos paulistas teria sido a ama de leite indígena. Dessa forma, o ambiente doméstico não se resumiria ao casal e aos filhos, representados pela instituição do casamento, mas também pela presença da mulher indígena como serviçal, que mantinha relações próximas com o filho dos colonos desde o nascimento.

A pista sobre a ama de leite no livro de Fonseca é uma passagem em que ele relata que os pais no interior da Capitania de São Paulo estabeleciam casas na cidade para os filhos serem educados pelos jesuítas e os deixavam aos cuidados de uma índia. Esse foi o caso de Belchior. Quando foi estudar no colégio dos jesuítas, seus pais haviam deixado o jovem e seus irmãos aos cuidados de uma índia, para que eles pudessem frequentar as escolas.

Dessa forma, a fase de aprendizado do português escrito nos colégios dos jesuítas foi também um período de exposição ao tupi no ambiente doméstico por meio da índia responsável pelas crianças na ausência dos pais. A presença dessas mulheres na vida dessas crianças não ocorria apenas na fase escolar, mas desde o nascimento, pela menção de Fonseca de que elas "*lhes dão o leite*". A tradução em tupi do verbete "*ama que cria*" em um dicionário português-tupi de São Paulo em 1621 (isto é, o *Vocabulário na Língua Brasileira*) era *mocambuara* 'aquela que amamenta' (*mo-* + *kamby* + *-ara*), reforçando que a presença da mulher indígena junto ao filho do colono se iniciava desde o nascimento.

Fonseca não menciona explicitamente que as amas de leite tenham sido as responsáveis pelo conhecimento de tupi por parte de Belchior Pontes. Essa hipótese a respeito do papel linguístico da ama de leite foi construída a partir de dados referentes à região de Belém no período colonial. Os depoimentos das autoridades jesuíticas naquela cidade afirmavam que o costume das famílias paraenses de terem amas de leite indígenas tinha levado a que o tupi prevalecesse como língua de contato na primeira metade do século XVIII:

Os moradores nascidos no Pará sabem primeiro falar a língua dos índios do que a portuguesa porque, como não bebem nem se criam com outro leite mais que com o das índias, com o leite bebem também a língua, nem falam outra senão depois de andar alguns anos na escola e tratarem com os portugueses que vão de Portugal. (padre Jacinto de Carvalho, apud Mello Moraes, 1860: 322-323).

Os dicionários tupis setecentistas da Amazônia registram a presença da mulher indígena no ambiente doméstico nos verbetes "*índia de leite*", "*leiteira*" ou "*ama que cria*". Sua glosa em tupi foi *cunhã pitanga mocambuçara* (Anônimo, 1771). Em todos eles, há a referência ao amamentar como sendo o período da entrada da mulher indígena adulta na casa dos colonos, cuidando de seus filhos e alimentando-os.

As amas de leite indígenas em Belém eram procedentes das missões jesuíticas próximas à cidade, como Mortigura, localizada na foz do rio Tocantins. A ida dessas mulheres para a casa do colono ocorria depois de terem filhos, portanto já na idade adulta e com competência em tupi. As tarefas da ama de leite na casa dos colonos envolviam lavar, cozinhar, limpar, buscar lenha e água, além de criar os filhos dos colonos desde os primeiros dias de vida (Pe. João Daniel, 1976 [1757-76]: 213).

O número de amas de leite por família dependia da quantidade de filhos que o colono possuía. Os cidadãos, grupo com *status* social, eram aqueles que tinham direito garantido de receber essas mulheres nas suas casas.

O privilégio dos cidadãos em receber amas de leite indígenas mostra que a faixa social mais alta entre os colonos seria aquela com maior exposição ao tupi por meio do contato dessas mulheres indígenas em suas casas. Portanto, o maior domínio do tupi entre os colonos ocorreria entre os cidadãos, grupo favorecido em receber amas de leite. Extrapolando essa situação para São Paulo, poderíamos considerar que as famílias com maior número de escravos, como Amadeu Bueno, que Fonseca (1932 [1752]: 106) menciona possuir trezentos índios, estariam entre aquelas que teriam uma maior exposição ao tupi no ambiente doméstico. Quanto maior a existência de serviçais indígenas nas casas paulistas, maior o conhecimento da língua tupi.

O tema da ama de leite em São Paulo é ainda uma hipótese a exigir maiores estudos a partir dos inventários de índios na região.

Conclusão

O resultado parcial do estudo da figura do língua jesuítico nascido no Brasil oferece uma possibilidade de síntese entre a posição de Buarque de Holanda (1978) e de Marilza de Oliveira (2000), apontando que o ambiente doméstico paulista teria sido diglótico entre tupi e português, com diferentes graus de bilinguismo.